

Atualidade econômica

Visão da semana:

Dívida, empresários e renegociação

A semana esteve marcada por uma certa expectativa quanto ao rumo das negociações do Brasil com seus credores. Além disso, ganharam destaque as manifestações dos principais empresários nacionais, que divulgaram uma declaração conjunta na qual analisam a recessão e fazem algumas propostas para a política econômica.

Os entendimentos com o Fundo Monetário Internacional acusaram certo progresso, ensejando praticamente as garantias necessárias à liberação de US\$ 820 milhões por volta de outubro ou novembro, dependendo da tramitação que seguirá nas próximas semanas. O Brasil comprometeu-se a chegar em dezembro com uma meta de inflação mensal de 5%, para uma taxa anual — não oficialmente estipulada, é claro — em torno de 150%. Quanto ao PIB, previu-se um crescimento zero para o ano que vem.

O déficit público terá de obedecer a nova e drástica redução. Na área dos salários, o entendimento com o FMI subentende a aprovação do Decreto-Lei nº 2.045, o que exclui qualquer possibilidade de reaquecimento da economia pelo lado da demanda, na medida em que não se procura preservar o poder de compra dos salários, além de não se formular uma política salarial propriamente dita, mas apenas uma terapia de emergência, de custos sociais declaradamente elevados.

É certo que as condições de uma eventual ida do Brasil ao Clube de Paris tornam-se mais favoráveis, após este entendimento com o FMI. Os objetivos para 1984 parecem contudo ambiciosos, mesmo que venham a ser atingidos por um aprofundamento da recessão. As autoridades esperam chegar a uma inflação entre 60 e 70%, obtendo ainda um superávit comercial de US\$ 9 bilhões.

Interessante notar que o documento dos empresários a que aludimos acima não faz menção ao FMI, como se considerasse desnecessário ou pouco oportuno o conjunto de negociações realizadas com aquele órgão. Apesar de chamar a atenção para uma série de aspectos relevantes, este manifesto frustrou de certa forma as expectativas criadas ao seu redor. Supunha-se que os principais líderes empresariais tivessem mais imaginação e bom senso. A proposta de desdolarizar a economia mediante a transferência dos débitos em moeda estrangeira ao Estado revelou quase que uma incompreensão das condições necessárias para que isto possa ocorrer.

No plano internacional, a semana trouxe uma má notícia para os países em desenvolvimento, qual seja, a da elevação da prime rate nos Estados Unidos. Este fato confirmou o caráter relativamente instável da política monetária naquele país, apesar da aparente firmeza da recuperação econômica.

A visita do secretário norte-americano da Agricultura, John Block, foi entremeada de algumas declarações pouco felizes, como a de que é necessário reduzir a produção mundial de alimentos, caso contrário ocorrerá uma deterioração generalizada nos preços dos produtos primários. O secretário mostrou-se ainda preocupado com o potencial dos cerrados brasileiros, suscetíveis, na sua ótica, de acentuar uma suposta tendência declinante dos preços agrícolas.

Ainda na área agropecuária, merece destaque a demora do governo em definir os preços mínimos da próxima safra. Essa situação revela as divergências entre os órgãos oficiais, com alguns preocupados em estimular o plantio e outros considerando impossível um reajuste próximo dos 160%, como vem sendo proposto pelo Ministério da Agricultura. É fundamental que esses preços sejam rapidamente anunciados, pois o mercado mostra-se um tanto quanto especulativo, a dano dos agricultores como sempre.